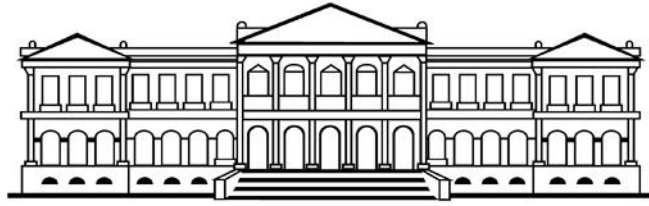


**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**



**ARQUIVO NACIONAL**

**RELATÓRIO SÍNTESE  
DO EXERCÍCIO  
DE 2013**

**Arquivo Nacional – Rio de Janeiro  
31 de dezembro de 2013**

## ARQUIVO NACIONAL RELATÓRIO SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2013

No Arquivo Nacional, tivemos um ano de grandes realizações no cumprimento de nossa missão institucional - o que confirma a sua importância e do Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ no cenário da Arquivologia Brasileira, a serviço do Estado e da cidadania - graças ao esforço, dedicação e responsabilidade funcional de muitos servidores, tanto das áreas finalísticas quanto das áreas administrativas, além das equipes contratadas para a prestação de serviços.

**No âmbito da Política Nacional de Arquivos**, o Plenário do CONARQ discutiu e aprovou as Resoluções: nº 35 de atualização do *Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio* e da *Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública*, aprovados pela Resolução nº 14, de 24 de outubro de 2001; nº 36, sobre a adoção das diretrizes para a gestão arquivística do correio eletrônico corporativo pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR); nº 37, que aprova as “Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais”; e nº 38, sobre a adoção das "Diretrizes do Produtor - A Elaboração e a Manutenção de Materiais Digitais: Diretrizes Para Indivíduos" e das "Diretrizes do Preservador - A Preservação de Documentos Arquivísticos digitais: Diretrizes para Organizações". Aprovou os Pareceres sobre a propositura quanto à Declaração de Interesse Público e Social dos acervos privados da Central Única dos Trabalhadores - CUT Nacional e também, do acervo privado de Moysés Weltman. Além disso, foi realizado o “I Simpósio Nacional sobre Gestão, Preservação e Acesso aos Documentos Arquivísticos” (I SINGPAD), com a participação de aproximadamente 400 pessoas. O Plenário do CONARQ também analisou e discutiu as propostas encaminhadas pelo Coordenador do 2º GT Ministerial para análise dos resultados da I Conferência Nacional de Arquivos – CNARQ (Nov.2011), durante as 69ª e 70ª Plenárias, realizadas em 25 e 26 de junho de 2013 e nas 71ª e 72ª Plenárias, realizadas em 13 e 14 de agosto do mesmo ano. Na 72ª Reunião Plenária foi aprovada a versão 1.0 do anteprojeto de lei que propõe alteração de dispositivos da Lei nº 8.159, de 1991, disponibilizado para consulta pública durante o período de 16 de setembro a 15 de novembro de 2013. Findo o prazo da consulta pública, o Plenário do CONARQ, durante as 73ª, 74ª e 75ª Reuniões Plenárias, realizadas nos dias 3, 4 e 5 de dezembro de 2013, discutiu e analisou as contribuições da sociedade civil e das entidades públicas e privadas obtidas durante referida consulta pública, sendo aprovada na 75ª Reunião Plenária a versão final do Projeto de Lei que altera dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, para encaminhamento, em 2014, ao Ministro de Estado da Justiça para instrução e posterior envio ao Congresso Nacional.

**No âmbito da Política Internacional de Arquivos**, por meio de acordo de Cooperação técnica com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores, o Arquivo Nacional participou do projeto “Apoio à Implementação de Sistema Nacional de Arquivos” no Timor Leste e do projeto “Apoio à Implementação do Sistema Nacional de Arquivos do Estado” (SNAE) em Moçambique. O Brasil, atual sede da *Asociación Latinoamericana de Archivos - ALA*, foi indicado para promover a articulação

com os arquivos nacionais da América Latina e o Caribe, no âmbito do Fórum de Dirigentes de Arquivos Nacionais – FAN, do Conselho Internacional de Arquivos – ICA. O Brasil, igualmente, pelo esforço que vem sendo desenvolvido, tanto no âmbito do Comitê Nacional quanto no do Comitê Regional para a América Latina e o Caribe, assumiu, na pessoa de Vitor Manoel Marques da Fonseca, servidor do Arquivo Nacional, a Vice-presidência do Comitê Internacional do Programa Memória do Mundo – MOW da UNESCO.

**No âmbito da Gestão de Documentos Federais, o Arquivo Nacional** atendeu a cento e cinquenta (150) órgãos e entidades da Administração Pública Federal, perfazendo um total de 697 orientações técnicas relativas à elaboração, análise para aprovação e aplicação de códigos de classificação e tabelas de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, à elaboração e análise para aprovação de listagens de eliminação de documentos, ao acompanhamento dos trabalhos e atuação das Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos e ao tratamento de acervos produzidos e acumulados por órgãos e entidades extintos. Cabe destacar a Portaria nº 154, de 18 de outubro de 2013, do Diretor-Geral do Arquivo Nacional que aprova o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades - Fim do Ministério da Defesa, bem como a Portaria nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013, do Ministro de Estado da Educação que torna obrigatório o uso, por parte das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, do Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades – Fim das IFES, aprovados pela Portaria nº 092, de 23 de setembro de 2011, do Diretor-Geral do Arquivo Nacional. Ademais, a instituição, no contexto do Programa Permanente de Preservação Digital do Arquivo Nacional (AN Digital), concluiu o projeto “Especificação de Requisitos do Sistema de Preservação Digital” e iniciou o “Projeto Modelagem de Processos” e o “Projeto Internacional de Preservação de Documentos Digitais Autênticos – InterPARES 4”. Por fim a retomada das discussões com a Secretaria de Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para implantação do Sistema de Protocolo Integrado e a feitura das Portarias Interministeriais do MJ e do MP para revisão das Portarias nº 3, 5 e 12 relativas ao NUP e unidades protocolizadoras.

**No âmbito do Programa Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA),** destacaram-se: o desenvolvimento do projeto “Estado e Administração na República Velha: 1891-1930 (2ª fase)”; as publicações virtuais “Dicionário da Administração Pública On-line”, a série “Cadernos Mapa”, com três volumes sobre as secretarias de Estado do século XIX, e o “Guia da Administração Imperial (1822-1889)”.

Nas ações relativas ao **PO de Preservação do Patrimônio Arquivístico Nacional**, foram desenvolvidas ações de ampliação do controle e disponibilização de informações ao cidadão, por meio da preservação de 871 fundos arquivísticos sob a guarda do Arquivo Nacional, do processamento técnico de 110 fundos, destacando-se aqueles relativos à temática de interesse da Comissão Nacional da Verdade, que tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre os anos de 1946 e 1988, como os fundos “Serviço Nacional de Informações (SNI)” e “Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR)”. No portal institucional, 29 instrumentos de pesquisa foram publicados, com vistas à ampliação do acesso do cidadão à informação governamental. Ampliou-se em 500 *terabytes* o espaço para armazenamento lógico do acervo, gerando condições de guarda e preservação digital para os representantes digitais resultantes da digitalização dos fundos do período do regime militar. Até o momento foram digitalizadas e ocerizadas 5.196.470 páginas de documentos de 40 fundos documentais, gerando o mesmo número de representantes digitais matrizes em

alta resolução (TIFF) e 427.311 representantes digitais derivados em PDF multipáginas organizados por processos ou dossiês, o que representa 68% do volume total a ser disponibilizado até janeiro de 2014. Foram também prestadas assistências técnicas para tratamento arquivístico e preservação de acervos de diversas instituições brasileiras.

Nas ações relativas ao **PO Sistema de Atendimento ao Usuário**, cumprindo sua missão de dar acesso à informação e garantir ao cidadão os seus direitos, o Arquivo Nacional realizou, até 31 de dezembro de 2013, 906.882 atendimentos nas modalidades “presencial” e “a distância” (28.858), estando aí incluídos os atendimentos por meio dos sítios institucionais (878.024). Com o intuito de ampliar o acesso aos conteúdos dos documentos contemporâneos foi implantada na Coordenação de Consulta ao Acervo-COCAC/COACE a Sala de Leitura Virtual – <http://plutao/salavirtual/>, que tem agilizado o acesso a dados e informações contidos em documentos de fundos referentes ao período do regime militar e prontuários da Petrobrás. Foi ainda instalado o Núcleo de Atendimento à CNV-NAC, visando agilizar as demandas de pesquisadores credenciados da Comissão Nacional da Verdade-CNV e das Comissões Estaduais congêneres, orientando o acesso às bases e outros instrumentos de recuperação da informação dos fundos e coleções de interesse, assim como mediar ou solicitar informações às áreas de tratamento técnico da Instituição para a consecução do atendimento. Este núcleo recebeu demandas de pesquisadores da Comissão Nacional da Verdade, da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, do Ministério Público da União e de pesquisadores acadêmicos.

Nas ações relativas ao **PO de Promoção de Eventos** foram realizadas diversas atividades com vistas à difusão do conhecimento e do acervo arquivístico como as exposições Arquivos do Brasil, Memória do Mundo, em comemoração aos 20 anos do Programa Memória do Mundo da UNESCO, e O mundo luso-brasileiro, evocando a origem ibérica para a civilização que se ergueu nos trópicos. Foram organizados os seminários “I Seminário Internacional Documentar a ditadura”, “3º Seminário Internacional O mundo dos trabalhadores e seus arquivos”, “I Simpósio sobre Gestão, Preservação e Acesso aos Documentos Arquivísticos” e o evento comemorativo ao Dia Mundial do Patrimônio Audiovisual. Em novembro realizou-se a 12ª edição do Recine – Festival Internacional de Cinema de Arquivo com o tema Rio em prosa e fitas, alusivo à cidade do Rio de Janeiro, que em 2015 completará 450 anos. Em novembro procedeu-se ao julgamento dos dezessete trabalhos que concorreram ao Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, com o seguinte resultado: em 1º lugar Diego Antônio Galeano, com a monografia Criminosos viajantes: circulações transnacionais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, 1890-1930; em 2º lugar Ricardo Figueiredo Pirola, com a monografia Escravos e rebeldes nos tribunais do Império: um estudo da lei de 10 de junho de 1835; em 3º lugar Isabele de Matos Pereira de Mello, com a monografia Magistrados a serviço do rei: a administração da Justiça e os ouvidores gerais na comarca do Rio de Janeiro (1710-1790); em 4º lugar Maria Isabel Ribeiro Lenzi, com a monografia Para aprendermos história sem nos fatigar – a tradição do antiquariado e a historiografia de Gilberto Ferrez; em 5º lugar Silvana Cassab Jeha, com a monografia A galera heterogênea: recrutas e marujos da Armada do Brasil. c. 1822-c.1854. Também ocorreu o julgamento do Prêmio Thomas Skidmore, sendo premiado o livro A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira de Maud Chrio. Paralelamente foi reeditada a exposição Estampas do Rio. No portal da instituição, foram disponibilizadas mais três exposições no site Exposições virtuais que teve 23.168 acessos únicos, além de lançados quatro novos temas no site O Arquivo Nacional e a história luso-brasileira que recebeu 38.410 acessos únicos.

Nas ações relativas ao **PO de Publicações Técnico-Científicas**, o Arquivo Nacional editou, ao longo de 2013, as monografias vencedoras do Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas 2010 e do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa 2011, a revista Recine Rio de Janeiro, capital do cinema, além da revista Acervo v. 25/2, “Estado, poder e administração”, v. 26/1, “Arquivos e história das ciências” e v. 26/2, “Arquivos, bibliotecas e museus”, a publicação Arquivo Nacional 1838-2012 e o catálogo da exposição O mundo luso-brasileiro. Também foram reimpressas as publicações técnicas Dicionário de Terminologia Arquivística e Norma Brasileira de Descrição Arquivística-NOBRADE.

No âmbito do **Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas**. Na área de projetos especiais interinstitucionais e de promoção do direito à memória e à verdade, destaca-se a continuidade das ações do Memórias Reveladas. Atualmente, o banco de dados Memórias Reveladas possui 430.941 registros de informações inseridas por instituições parceiras. Por outro lado, a página do Centro nas redes sociais atingiu a marca de 4.600 seguidores. Durante o primeiro semestre de 2013, cooperação técnica com a empresa de Serviços Gráficos de Sergipe deu origem à publicação de número da revista Perspectiva Histórica dedicado ao período da ditadura militar. Em 2013, foram lançados, em diversos estados, os três livros vencedores da primeira edição do Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas. Em junho, foi realizado o “I Seminário Internacional Documentar a Ditadura: arquivos da repressão e da resistência”, em parceria com universidades e centros de pesquisa. Em setembro, foram anunciados os três livros vencedores da 2ª edição do Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas. No mesmo mês, foi realizado o 3º Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos: direito à memória e à verdade”, em parceria com a Central Única dos Trabalhadores e com universidades e centros de pesquisa. O Memórias Reveladas atuou em ações conjuntas com a Comissão Nacional da Verdade (CNV), destacando-se ação direcionada à localização de acervos públicos federais da ditadura militar, envolvendo todos os ministérios do Poder Executivo Federal. Parceria com a Comissão Estadual da Verdade do Rio (CEV-Rio) motivou, em setembro de 2013, visita conjunta do Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e da CEV-Rio às antigas dependências do extinto Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro (DOPS-RJ), em iniciativa que buscou a identificação de acervos de interesse.

Nas ações relativas ao **PO de Gestão e Manutenção do Arquivo Nacional**: A dotação orçamentária do Arquivo Nacional, para atender as despesas correntes e de investimento, aprovada na Lei nº 12.798, de 04 de abril de 2013, foi de R\$ 20.019.255,00, integralmente liberado. A este montante devem ser acrescidos créditos no valor de R\$ 18.168.885,00, realizados por descentralização de crédito orçamentário pelo Ministério da Justiça, para atender as demandas de digitalização de documentos originais para a Comissão Nacional da Verdade e obras emergenciais com os danos causados pela chuva. Em 2013 teve início os serviços de restauro dos prédios do conjunto arquitetônico tombado da Instituição no Rio de Janeiro, tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), além do prédio D. Por meio desses serviços foi possível a substituição e/ou restauração das calhas, cordões, mantas, telhas, instalações pluviais e revestimentos dos prédios, proporcionando condições ideais de trabalho aos servidores e gerando maior garantia de guarda do acervo mantido nos depósitos. Novas aquisições foram realizadas para atender às necessidades de modernização da área de Infraestrutura e Rede e para dar apoio às atividades desenvolvidas por e para a Comissão Nacional da Verdade (CNV). Destacam-se, ainda, a instalação e a implementação de novos equipamentos na Coordenação Regional em Brasília, propiciando o atendimento às demandas da CNV naquela regional. Adicionalmente, deve-se ressaltar a reestruturação do ambiente do Centro de Processamento de Dados (CPD), levando-o para um nível superior



denominado Sala Cofre que ampliará a guarda e a proteção dos dados em nível de alta disponibilidade e segurança, implementada com a descentralização de crédito orçamentário do Ministério da Justiça.

No **Plano de Ação** para 2014, estão incluídos, dentre outros: fortalecimento do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA da Administração Pública Federal; melhorias na instrumentalização da instituição, com a reestruturação do Arquivo Nacional como Autarquia e criação de um plano de cargos e salários para os servidores; implantação de uma nova gestão na área de recursos humanos, com uma filosofia participativa e humanista, voltada para as competências individuais e organizacionais e para os resultados da instituição; desenvolvimento de projeto para a introdução de um Programa de Qualidade de Vida; promoção de investimentos para implantar um programa de manutenção predial permanente e a ampliação da área de guarda de acervos no Rio de Janeiro, com a expectativa de ampliação de recolhimentos de documentos federais a partir de campanha de estímulo à entrada de documentos na Instituição empreendida pelo Ministro de Estado da Justiça; aperfeiçoamento da capacidade de controle, tratamento e digitalização de documentos, em especial aqueles produzidos por unidades de inteligência durante o regime militar, para dar pronto atendimento às demandas dos pesquisadores e da Comissão Nacional da Verdade – CNV; reformulação do portal e dos sítios eletrônicos da instituição, uma vez que um instrumento eficaz de difusão de informações possibilita a ampla divulgação dos acervos, das pesquisas, dos serviços e das demais atividades e ações da instituição, beneficiando pesquisadores, acadêmicos e os cidadãos em geral, e garantindo a todos mais acesso à informação, com recursos de tecnologia da informação de inclusão e uso adequado das redes sociais.

***Jaime Antunes da Silva***  
**Diretor-Geral do Arquivo Nacional**  
**Presidente do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ**